



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024 LEI PAULO GUSTAVO

O **MUNICÍPIO DE CAIAPÔNIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 01.164.946/0001-56, com sede na Rua Pedro Salazar, nº 475, Setor Nova Caiapônia, Caiapônia – Goiás, CEP nº 75.850-000, por intermédio da **PASTA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** e por meio das Comissões de Seleção instituídas pelos Decretos nºs 325/2023 e 326/2023, torna público e dá conhecimento aos interessados que, mediante o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 03/2024**, estabelece normas para a seleção das propostas culturais para receberem apoio financeiro, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, nesta municipalidade, fundamentado na Lei Complementar nº 195/2022 e nos Decretos Federais nºs 11.453/2023 e 11.525/2023.

O instrumento convocatório visa garantir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e transparência, objetivando oferecer oportunidade a todos, asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas.

Os recursos são do Governo Federal, autorizados pela Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital a seleção de propostas culturais de **AUDIOVISUAL** (art. 6º, incisos I, II e III da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022) para receberem apoio financeiro, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais voltadas ao fomento do audiovisual do **MUNICÍPIO DE CAIAPÔNIA - GO.**

1.2. São objetivos específicos desta ação:

1.2.1. Fomentar as produções audiovisuais;



1.2.2. Capacitar e qualificar no segmento audiovisual.

2. VALORES

2.1. O valor total disponibilizado é de **R\$126.278,80** (cento e vinte e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

2.2 Este Edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

3. DAS CATEGORIAS

3.1. As categorias são:

I - Categoria 1 - art. 6º, inciso I - APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS:

a) **05 propostas de curtas-metragens** no valor de **R\$ 8.000,00** (oito mil reais), sendo: 3 (três) propostas com assuntos relacionados à educação, cultura, saúde, religiosidade, moradia, administração, política e gastronomia. Elas deverão apresentar dados reais, não fictícios. 1 (uma) proposta de demanda livre e 1 (uma) de ficção;

b) A duração das produções curtas-metragens deverão ser de 10 (dez) a 15 (quinze) minutos. Nesta modalidade poderão participar proponentes pessoa física ou jurídica.

c) **01 proposta de média-metragem** com o tema "**Caiapônia 150 anos**", no valor de **R\$ 18.565,02** (dezoito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e dois centavos); ter assunto relacionado à educação, cultura, saúde, religiosidade, moradia, administração, política, gastronomia e deverá apresentar dados reais, não fictícios. A duração do filme deve ser de 15 (quinze) a 20 (vinte minutos). Nesta modalidade poderão participar proponentes pessoas jurídicas.

d) A produção final deverá ser de boa qualidade de imagem, som, produção, edição, iluminação e formato digital de alta definição;

e) O produto resultante da proposta contemplada deverá ser entregue em formato digital físico (dispositivo memória USB flash drive, ou HD externo) na Pasta Municipal de Educação e Cultura, e deverá também ser publicado em um canal da internet (Youtube, Vimeo ou outras plataformas semelhantes) de acesso livre à população pelo período mínimo de 12 (doze) meses.



II - Categoria 2: Art. 6º, inciso I - APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

a) **5 PROPOSTAS** DE VIDEOCLÍPE, VÍDEODANÇA, VIDEOARTE, VIDEOPERFORMANCE E VÍDEO GASTRONOMIA, NO VALOR DE **R\$ 6.600,00** (seis mil e seiscentos reais) DE LIVRE DEMANDA.

b) Sobre a produção de videoclipe, a música deverá ser um lançamento, com caráter autoral;

c) A produção final deverá ser de boa qualidade de imagem, som, produção, edição e iluminação;

d) Com relação a produção de videoclipe, videodança, videoarte, vídeo performance e vídeo gastronomia, o tempo de duração deverá ser igual ou superior a 2 minutos;

e) O beneficiado pelo recurso deverá ser o responsável pelos direitos patrimoniais da obra. Neste caso, o proponente deverá apresentar declaração de direitos autorais conforme Anexo V;

f) O produto resultante da proposta contemplada deverá ser entregue em formato digital físico (dispositivo memória USB flash drive, ou HD externo) na Pasta Municipal de Educação e Cultura, e deverá também ser publicado em um canal da internet (Youtube, Vimeo ou outras plataformas semelhantes) de acesso livre à população pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

III - Categoria 3 – Art. 6º, inciso II - APOIO A CINEMAS ITINERANTES:

a) **01 (uma)** proposta que atenda principalmente jovens de baixa renda, negros e pessoas em risco social no município de Caiapônia no valor de **R\$ 23.110,72** (vinte e três mil, cento e dez reais e setenta e dois centavos);

b) A proposta de cinema itinerante deverá contar com o mínimo de 4 sessões a serem realizadas em lugares diferentes no município de Caiapônia, a serem definidos juntamente com a Pasta Municipal de Educação e Cultura, para seleção dos bairros contemplados pela proposta.

IV - Categoria 4 - Art. 6º, inciso III - CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO NO AUDIOVISUAL, PRESERVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE OBRAS OU ACERVOS AUDIOVISUAIS:



a) **02 (duas) propostas** que atendam principalmente jovens de baixa renda, negros e pessoas em risco social no valor de **R\$ 5.801,53** (cinco mil, oitocentos e um reais e cinquenta e três centavos);

b) As propostas de oficinas deverão ter carga horária mínima de 12 (doze) horas/aula com local a ser definido juntamente com a Pasta Municipal de Educação e Cultura;

c) As ações formativas poderão abranger os seguintes temas: animação, captação de som, cenografia, direção, direção de fotografia, edição, iluminação, montagem, produção, roteiro, capacitação, elaboração de propostas e outros temas relacionados ao audiovisual;

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1. Poderão apresentar propostas: proponente pessoa física acima de 18 (dezoito) anos; coletivos culturais não formalizados juridicamente; pessoa jurídica ou empresa; residentes, domiciliados e localizados no município de Caiapônia no mínimo 1 (um) ano (comprovada com documentação e portfólio);

4.2. No caso de pessoa jurídica, poderão se inscrever empresas, associações com ou sem fins lucrativos que tenham CNAES relacionados ao objeto deste Edital;

4.3. O proponente é o responsável pela inscrição da proposta;

4.4. Na hipótese de proponentes que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo. Poderá ser utilizado o modelo constante no Anexo III deste Edital (declaração de representação).

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1. Não pode se inscrever neste Edital proponentes que:

I – Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do Edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos responsáveis pela elaboração do Edital;



III - Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador) ou do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

5.2. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar propostas aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no item 5.1.

6. COTAS

6.1. Conforme o art. 16 do Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023, ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do Edital, nas seguintes proporções:

a) **20% das vagas** para pessoas negras (pretas e pardas);

b) **10% das vagas** para pessoas indígenas;

c) **5% das vagas** para participação e protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, comunidades tradicionais; inclusive de terreiro, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente.

6.1.1. Para pessoas com deficiência, serão necessários laudos médicos que atestem a deficiência.

6.2. De acordo com o Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023, **10% das propostas selecionados deverão ser de proponentes que se identifiquem como indígenas.**

6.3. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretos e pardos) e indígenas, povos ciganos, povos nômades, protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, comunidades tradicionais; inclusive de terreiro, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente, concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionados de acordo com a nota ou classificação no processo de seleção.

6.4. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas, povos ciganos, povos nômades, protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, comunidades tradicionais; inclusive de



terreiro, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente, optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência e fica a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

6.5. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

6.6. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado, inicialmente, para a outra categoria de cotas.

6.7. Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 6.6, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência; sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

6.8. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial, de que trata o Anexo IV.

6.9. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I – Pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, povos ciganos, povos nômades, protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, comunidades tradicionais; inclusive de terreiro, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente. Neste caso, todos os membros da instituição deverão apresentar a declaração étnico-racial (Anexo IV);

II – Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, povos ciganos, povos nômades, protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, comunidades tradicionais; inclusive de terreiro, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente, em posições de liderança na proposta cultural. Neste caso, a presidência, direção ou coordenação deverão apresentar a declaração étnico-racial (Anexo IV) juntamente com a declaração de constituição de coletivo/associação não formalizado.



III – Pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe da proposta cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas), indígenas; e participação e ao protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, comunidades tradicionais; inclusive de terreiro e quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente. Neste caso, deverá ser apresentada uma declaração de que a instituição é gerida por estes grupos.

6.10. As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

6.11. Em caso de não haver propostas que obtiverem pontuação mínima suficiente para completar o total de vagas previstas em quaisquer de uma das categorias previstas neste Edital, os valores remanescentes serão remanejados para a aprovação de outras propostas, que foram classificados, ao levar em conta a sua pontuação alcançada na fase de seleção, dentro de uma classificação geral, independentemente de sua categoria.

7. COMO SE INSCREVER

7.1. O proponente deverá encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2, de forma eletrônica, pelo e-mail: leipaulogustavocaiaponia@gmail.com, ou de forma presencial, na Prefeitura Municipal de Caiapônia, situada na Rua Pedro Salazar, nº 475, Setor Nova Caiapônia, Caiapônia-Goiás, para realizar a entrega de toda a documentação impressa exigida neste Edital, para efetivar a inscrição.

7.2. O proponente deverá entregar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

- a)** Formulário de inscrição (Anexo I), que constitui o Plano de Trabalho (proposta);
- b)** Currículo e portfólio do proponente;
- c)** Para proponente pessoa física deverá entregar CPF, RG e comprovante de endereço ou declaração de residência (Anexo VI);



d) Para coletivos culturais não formalizados, deverão entregar CPF, RG e comprovante de endereço ou declaração de residência (Anexo VI) juntamente com a Declaração de Representação (Anexo III).

e) Para pessoa jurídica (CNPJ) deverá entregar cópia do cartão CNPJ, CPF, RG e endereço do representante legal da instituição/empresa.

f) Mini currículo dos integrantes da proposta;

g) Outros documentos que o proponente julgar necessários para auxiliar na avaliação do mérito cultural da proposta.

7.3. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de sua proposta.

7.4. Cada PROPONENTE poderá inscrever apenas 01 (uma) PROPOSTA por modalidade e poderá ser contemplado com **uma proposta por proponente**. Caso haja mais de uma proposta aprovada de um mesmo proponente, a de maior valor será automaticamente selecionada, inabilitando as demais.

7.5. As propostas apresentadas deverão conter previsão de execução não superior a 30 de março de 2025.

7.6. O proponente deverá se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao Edital e seus prazos nos canais oficiais de comunicação da Prefeitura de Caiapônia / Pasta Municipal de Educação e Cultura.

7.7. As inscrições deste Edital são gratuitas.

7.8. As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto do inciso IV, *caput* do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. ACESSIBILIDADE

8.1. As propostas deverão contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as



atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pela proposta, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de propostas culturais acessíveis, desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

8.1.1. Serão considerados recursos de acessibilidade arquitetônica:

I - Rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

II - Piso tátil;

III - Rampas;

IV - Elevadores adequados para pessoas com deficiência;

V - Corrimãos e guarda-corpos;

VI - Banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

VII - Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

VIII - Assentos para pessoas obesas;

IX - Iluminação adequada;

8.1.2. Serão considerados recursos de acessibilidade comunicacional:

I - A Língua Brasileira de Sinais - Libras;

II - O sistema Braille;

III - O sistema de sinalização ou comunicação tátil;

IV - A áudio descrição;

V - As legendas; e

VI - A linguagem simples.



8.1.3. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados, também, por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

8.2. Todas as ações deverão oferecer acessibilidades e direcionar **10% dos recursos das propostas para medidas de acessibilidades** de acordo com o art. 15, do Decreto nº 11.525/2023 (Os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos da proposta, da iniciativa ou do espaço, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, dez por cento do valor da proposta).

9. CONTRAPARTIDA

9.1. Os agentes culturais contemplados neste Edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Pasta Municipal de Educação e Cultura, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

9.2. Os proponentes contemplados deverão informar a data de execução das contrapartidas 20 (vinte) dias antes à Pasta Municipal de Educação e Cultura.

9.3. As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até o dia 30 de abril de 2025.

10. ETAPAS DO EDITAL E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

10.1. A seleção das propostas submetidas a este Edital será composta das seguintes etapas:



I - Análise da documentação das propostas: fase de análise da proposta realizada por comissão de habilitação das inscrições conforme o estabelecido pelo Decreto nº 327/2023;

II – Avaliação de mérito cultural: avaliação e julgamento feitos pela comissão de avaliação conforme o estabelecido pelo Decreto nº 326/2023, e em consonância com os critérios estabelecidos pelo Anexo II.

		Data
1	Publicação do edital	04/07/2024
2	Inscrições	05/07/2024 à 30/07/2024
3	Período da Avaliação das propostas pela Comissão de Avaliação.	31/07/2024 à 16/08/2024
4	Divulgação da lista preliminar com as propostas classificadas e não classificadas.	20/08/2024
5	Prazo de recursos do resultado preliminar das propostas classificadas e não classificadas.	22/08/2024 à 27/08/2024
6	Análise dos recursos enviados da etapa 2	28/08/2024 à 02/09/2024
7	Homologação e divulgação do resultado definitivo no Diário Oficial das propostas aprovadas	05/09/2024
8	Prazo para entrega da documentação do proponente e assinatura do Termo de Compromisso	10/09/2024 à 18/09/2024
9	Homologação e publicação dos resultados no diário oficial	20/09/2024
9	Depósito dos recursos na conta bancária dos proponentes aprovados.	23/09/2024 à 30/09/2024
10	Apresentação do Relatório de Execução da Proposta para a Pasta Municipal de Cultura e Educação.	30 dias após o término do prazo de execução da proposta cultural



10.2. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PESSOAS NEGRAS	COTAS INDÍGENAS	COTAS DEMAIS MINORIAS	TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROPOSTA	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Inciso II CATEGORIA 1 LPG - Apoio a produção de obra audiovisual de curta-metragem	2	1	1	1	5	R\$ 8.000,00	R\$ 40.000,00
Inciso I CATEGORIA 2 LPG – Apoio a produção de obra audiovisual de média-metragem	1	-	-	-	1	R\$ 18.565,02	R\$ 18.565,02



Inciso I CATEGORIA 3 LGP - Apoio produções de videoclipe, vídeodança, vídeoperformance, vídeoarte e vídeogastronomia	2	1	1	1	5	R\$ 6.600,00	R\$ 33.000,00
Inciso II CATEGORIA 4 LPG – Apoio a cinemas itinerantes Apoio à realização de ação de Cinema Itinerante.	1	-	-	-	1	R\$ 23.110,72	R\$ 23.110,72
Inciso III CATEGORIA 5 Ação de Formação Audiovisual, qualificação no audiovisual	1	-	-	1	2	R\$ 5.801,53	R\$ 11.603,06



11. HABILITAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DAS PROPOSTAS

11.1. A Comissão de Habilitação das inscrições será coordenada pela Sr.^a Maria Raquel de Godoi Oliveira, representante da Pasta Municipal de Educação e Cultura, conforme estabelecido pelo Decreto nº 327/2023.

11.2. Entende-se por “Análise de mérito cultural”, a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes das propostas culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste Edital.

11.3. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada proposta, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação às outras propostas inscritas na mesma categoria. A pontuação de cada proposta é atribuída em função desta comparação.

11.4. A análise das propostas culturais será realizada por comissão nomeada pela Prefeitura Municipal de Caiapônia, composta por servidores da Prefeitura e membros da sociedade civil, conforme estabelecido pelo Decreto Municipal nº 326/23.

11.5. Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II.

11.6. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à senhora Secretária Municipal de Educação e Cultura ou Comitê Gestor.

11.7. Os recursos de que tratam o item 11.6 deverão ser apresentados no prazo de 4 (quatro) dias úteis, conforme inciso III do art. 16, do Decreto nº 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

11.8. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

11.9. Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Caiapônia - GO, na aba Lei Paulo Gustavo: <https://caiaponia.go.gov.br/lei-paulo-gustavo/>

12. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

12.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outras com maior pontuação geral.



12.2. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste Edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro Edital do audiovisual, pois os recursos são específicos para propostas neste segmento.

13. ETAPA DE HABILITAÇÃO PARA PAGAMENTO

13.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente da proposta contemplado deverá, no prazo de 7 (sete) dias úteis, apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza:

13.1.1. PESSOA FÍSICA

I - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;

II - Certidões negativas de débitos relativos aos créditos tributários estaduais e municipais;

III - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

IV - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural (Anexo VI).

V - Comprovante de conta bancária em nome do proponente.

13.1.2. PESSOA JURÍDICA

I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Pasta da Receita Federal do Brasil;

II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

IV - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidões negativas de débitos estaduais e municipais;

VI - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;



VII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

VIII - Comprovante de conta bancária em nome do proponente de pessoa jurídica.

13.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

13.3. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

14. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

14.1. Finalizada a fase de avaliação de mérito cultural, o proponente contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, de forma presencial em local e horário a ser divulgado.

14.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo proponente selecionado neste Edital e pela Secretária Municipal de Educação e Cultura; este termo contém as obrigações dos assinantes.

14.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o proponente receberá os recursos em conta bancária indicada, em desembolso único de até 10 (dez) dias após a homologação do resultado final.

14.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

14.5. O proponente selecionado deve assinar o Termo de Execução Cultural em até 7 (sete) dias úteis, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

15. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação das propostas exibirão as marcas do Governo Federal e da Prefeitura de Caiapônia / Pasta Municipal de Educação e Cultura, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e da Prefeitura Municipal de Caiapônia.



15.2. O material de divulgação das propostas e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis à pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

15.3. O material de divulgação das propostas deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

16. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

16.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação das propostas culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

16.2. O agente cultural deverá prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo VIII. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá ser apresentado até 30 (trinta) dias após o encerramento da proposta a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

17. DO RECURSO FINANCEIRO

17.1. Os recursos alocados para o presente Edital são no valor **R\$126.278,80** (cento e vinte e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), entre as categorias de apoio descritas neste Edital.

17.2. Os inscritos aprovados de cada categoria receberão 100% do recurso em até 10 (dez) dias após publicação do Edital de aprovados.

17.3. O valor do recurso será repassado para os inscritos aprovados em forma de transferência bancária, para a conta indicada.

17.4. É possível usar o recurso com despesas de folha de pagamento, locações, aquisições, manutenção, encargos, despesas referentes ao ano de 2024 e 2025;

17.5. A prestação de contas junto a Comissão Organizadora de cada proposta e/ou proposta de trabalho será por meio de relatório final de execução e/ou visita *in loco* durante a execução da proposta, registro por intermédio de fotografias e vídeos;

17.6. Caso haja alguma dúvida, o Comitê de Gestão da Lei Paulo Gustavo poderá solicitar relatório da execução físico financeiro.



17.7. Os recursos serão liberados em única parcela, depositados em conta bancária em nome do proponente conforme indicado na ficha de inscrição. Haverá retenção dos encargos sociais e tributários de acordo com a legislação vigente.

17.8. Em hipótese nenhuma o valor será depositado em nome divergente da inscrição, para tal, as inscrições de pessoa jurídica deverão apresentar conta jurídica e de pessoa física conta de pessoa física.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no portal da Prefeitura de Caiapônia - GO, na aba Lei Paulo Gustavo e nas mídias sociais oficiais da Prefeitura de Caiapônia e da Pasta de Educação e Cultura.

18.2. O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site <https://caiaponia.go.gov.br/lei-paulo-gustavo/>, na aba Lei Paulo Gustavo.

18.3. Demais informações podem ser obtidas por meio do e-mail leipaulogustavocaiaponia@gmail.com e telefone (64) 9 9924-9009.

18.4. Os casos omissos, porventura existentes, ficarão a cargo da presidente do Comitê de Gestão da Lei Paulo Gustavo, Sr^a. Meire Helrigle Goulart e Carvalho, responsável pela Pasta de Educação e Cultura de Caiapônia.

18.5. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

18.6. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura Municipal de Caiapônia, e a Pasta Municipal de Educação e Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.

18.7. Os proponentes contemplados com os recursos deste Edital poderão se inscrever para outros programas de apoio em âmbito municipal, estadual ou federal, desde que a proposta seja diferente da qual foi contemplada neste Edital.

18.8. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), no Decreto nº 11.525/2023 (Regulamentação da Lei Paulo Gustavo) e Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento).



Caiapônia, 04 de Julho de 2024.

COMISSÃO DE SELEÇÃO – DECRETO Nº 326/2023